

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

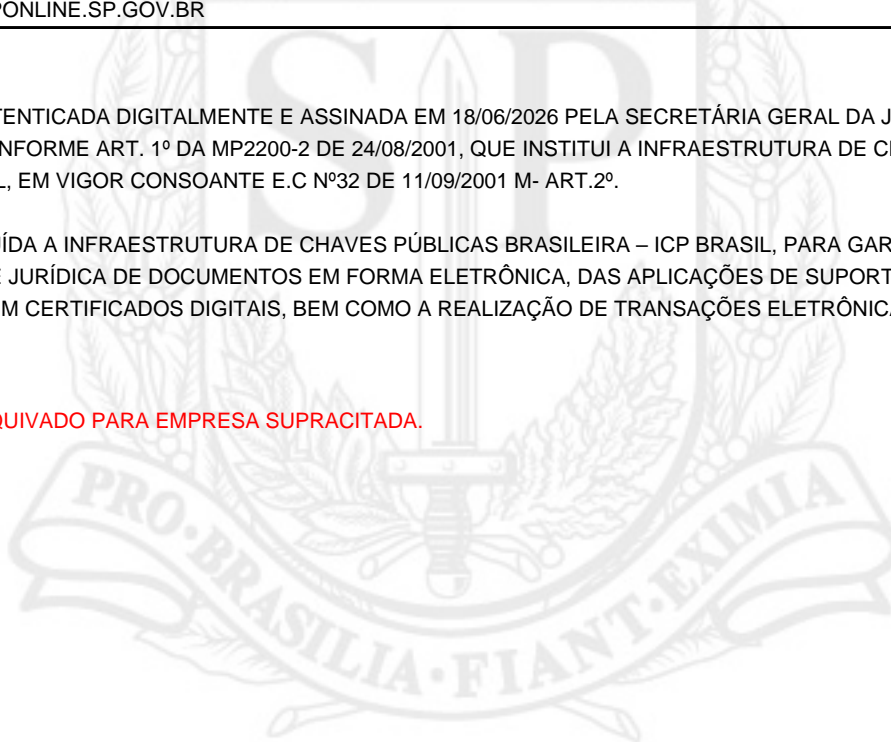
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL VR BENEFICIOS E SERVICOS DE PROCESSAMENTO INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A			
TITULO DE ESTABELECIMENTO			TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES
NIRE 35300551168	CNPJ 02.535.864/0001-33	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 257.112/26-1	DATA DO ARQUIVAMENTO 17/06/2026

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 18/06/2026	HORA DE EXPEDIÇÃO 14:05:55	CÓDIGO DE CONTROLE 294214815
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 18/06/2026 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – MARINA CENTURION DARDANI, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO

JUCESP PROTOCOLO
2.334.345/26-0



17 05 2026



CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNET
036244515-0



DADOS CADASTRAIS

ATO Alteração de Nome Empresarial; Consolidação da Matriz;			
NOME EMPRESARIAL VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A			PORTE Normal
TÍTULO DE ESTABELECIMENTO			
LOGRADOURO Avenida dos Bandeirantes	NÚMERO 460	COMPLEMENTO	CEP 04553-900
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 02.535.864/0001-33	NIRE - SEDE 3530055116-8	
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: WILLIAN TADEU GIL (Diretor)		VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 583,98 DARF: R\$,00	SEQ. DOC. 1 / 1
ASSINATURA:		DATA: 28/05/2026	

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO	CARIMBO ANÁLISE
ANEXOS: () DBE () Procuração () Alvará Judicial () Formal de Partilha () Balanço Patrimonial () Outros		EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE () Documentos Pessoais () Laudo de Avaliação () Jornal () Protocolo / Justificação () Certidão
OBSERVAÇÕES:		ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO



52

Gerência de Cadastro e Registro

- () Verificar CNPJ, Controlar as Qualificações
- () Verificação de Inscrição em Cartão
- () Verificação de Inscrição na Ficha Cadastral
- () MEI sem Cadastro
- () MEI com Cadastro
- () Realizar Pesquisa de Nome Empresarial
- () Verificar Protocolo

257.112/26-1





JUCESP

VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

NIRE 35.300.551.168

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2026

SEDE

8

2026



COLO

- 1 **Data, Hora e Local:** No dia 28 de maio de 2026, às 11 horas, na sede social da VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.535.864/0001-33, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida dos Bandeirantes, nº 460, Brooklin Paulista, CEP 04553-900 ("Companhia").
- 2 **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do Artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.
- 3 **Mesa:** Presidente: Simone Luis Fernandes Marques; e Secretária: Déborah Cristiane da Silva Almeida.
- 4 **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a alteração da denominação social da Companhia para VR Benefícios e Serviços de Processamento Instituição de Pagamento S.A.; (ii) a alteração do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), a fim de incluir disposições a respeito do compartilhamento da ouvidoria; e (iii) a consolidação do Estatuto Social.
- 5 **Deliberações:** Após análise das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes discutiram e decidiram, por unanimidade e sem ressalvas:

- (i) Aprovar a alteração da razão social da Companhia, que passará a ser VR BENEFÍCIOS SERVIÇOS E PROCESSAMENTO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A., de modo que o artigo 1º do Estatuto Social da Companhia passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 1º. A VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.)."

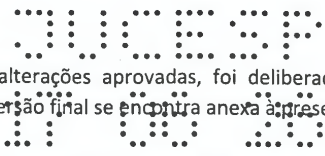
- (ii) Aprovar a alteração do Estatuto Social a fim de incluir um novo Artigo 33º no Capítulo VIII – Disposições Gerais do Estatuto Social da Companhia, com a seguinte redação:

"Artigo 33º. A Companhia utilizará a estrutura do Banco VR S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.626.983/0001-63, nos termos do art. 6º da Resolução BCB nº 28, de 23 de outubro de 2020, para assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas ao componente organizacional de Ouvidoria, regido pelos termos da Seção I do Capítulo V, denominado "Da Ouvidoria", constante do Estatuto Social do Banco VR S.A."

Rubrica

1





(iii) Em razão das alterações aprovadas, foi deliberada e aprovada a consolidação do Estatuto Social, cuja versão final se encontra anexa à presente ata como Anexo I.

- 6 **Lavratura:** A palavra foi oferecida a todos que dela quisessem fazer uso. Não havendo manifestação, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata.
- 7 **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.
- 8 **Assinaturas:** **Mesa:** Simone Luis Fernandes Marques – **Presidente;** Déborah Cristiane da Silva Almeida – **Secretária.** **Acionistas:** **Smart.Net Holdings S.A.,** representada por Marcio Del Nero e Ury Rabinovitz e **NY II Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada.**

São Paulo/SP, 28 de maio de 2026.

Mesa:

Assinado por:

648190A2B6E4FA...
Simone Luis Fernandes Marques
Presidente

Assinado por:

27DF92BA5E45462...
Déborah Cristiane da Silva Almeida.
Secretária

Acionistas:

DocuSigned by:

153127D6BD12489...
SMART.NET HOLDINGS S.A.
Marcio Del Nero e Ury Rabinovitz

Assinado por:

829FF4D0826E411...
URY RABINOVITZ

DocuSigned by:

DE4133D00425416...
MARINA CENTURION DARDANI

NY II FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA



Rubrica



PRODUC
DE 20 71





VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

NIRE nº 35.300.551.168

CNPJ nº 02.535.864/0001-33

CAPÍTULO I.

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º. A VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.").

Artigo 2º. Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida dos Bandeirantes, 460, CEP 04553-900, podendo abrir ou encerrar filiais em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante resolução da Diretoria.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto:

- (i) a instituição de arranjos de pagamento, inclusive relativos a sistemas e/ou convênio de qualquer natureza, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamento ao público;
- (ii) a prestação de atividades como instituição de pagamento na modalidade previamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, no âmbito do seu próprio arranjo de pagamento ou de terceiros, inclusive relativo a sistema e/ou convênio de qualquer natureza, que incluem, mas não se limitam à prestação dos seguintes serviços de pagamento: (a) emissão de vales de alimentação, vales refeição, vales transporte, vales cultura e similares; (b) administração e intermediação de contratos; (c) disponibilização de pagamento, aporte, transferência e/ou saque, nos termos dos arranjos de pagamento próprios ou de terceiros, de recursos mantidos em contas de pagamentos, com possibilidade de utilização de créditos na compra de serviços e produtos; (d) execução ou facilitação de instrução de pagamento relacionada ou não a transações de pagamento relacionadas a determinados serviços de pagamento; (e) gerenciamento de contas de pagamento detidas por pessoas físicas ou jurídicas; (f) gestão do uso de moeda eletrônica; (g) emissão de instrumentos de pagamento; (h) credenciamento e a aceitação de instrumentos de pagamento e do uso de moeda eletrônica; (i) execução de remessa de fundos; (j) conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa; e (k) captura e liquidação financeira das transações de pagamento capturadas pelos sistemas da Companhia ou de terceiros;
- (iii) prestação de serviços relacionados e auxiliares aos meios de pagamento, incluindo a divulgação visando a realização de vendas ou contratação de serviços próprios ou de terceiros;
- (iv) consultoria e assessoria de negócios;
- (v) administração em geral, tais como digitação e manuseio de documentos, processos de compras, guarda, controles, impressão e entrega de formulários;

Rubrica
3
Marina Centurion Dardani



Certifico o registro sob o nº 257.112/26-1 em 17/06/2026 da empresa VR BENEFICIOS E SERVICOS DE PROCESSAMENTO INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A, NIRE nº 35300551168, protocolado sob o nº 2334345260. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/06/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 294214815. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



- (vi) manuseio e distribuição de vales benefícios e serviços próprios ou de terceiros, tal como Vale Transportes;
- (vii) serviços a terceiros, de desenvolvimento e implementação de sistema, por equipe própria ou não, incluindo gestão de recursos tecnológicos e de data, dentre outros;
- (viii) participar de sociedades, como sócia ou acionista, que explorem direta ou indiretamente as atividades descritas nos itens (i) e (ii) acima;
- (ix) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis;
- (x) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios, exceto imobiliários;
- (xi) assessoria e consultoria em tecnologia da informação; e
- (xii) suporte técnico, instalação, configuração e manutenção em tecnologia de informação.

§1º A Filial de Curitiba, localizada na Rua Pasteur, nº 463, Conjunto 1.201 - parte, Água Verde, na Cidade de Curitiba, no Estado do Paraná - CEP 80250-104, registrada sob o NIRE 41902020050 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.535.864/0007-29, exercerá exclusivamente as atividades de: (i) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis, (ii) suporte técnico, instalação, configuração e manutenção em tecnologia de informação, e (iii) assessoria e consultoria em tecnologia da informação, relacionados ao produto de marcação de ponto.

§2º A Filial de Belo Horizonte, localizada na Rua Tome de Souza nº 273, sala 301, Savassi, na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais - CEP 30140-130, registrada sob o NIRE 31920145201 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.535.864/0008-00, exercerá exclusivamente as atividades de: (i) emissão de vale-transporte e similares, (ii) consultoria na gestão de aquisição de benefícios de vale-transporte, (iii) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis, (iv) suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, e (v) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL

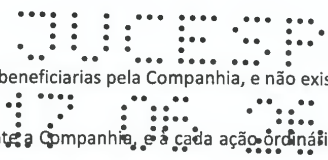
Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 449.185.851,00 (quatrocentos e quarenta e nove milhões, cento e oitenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e um reais), dividido em 154.404.309 (cento e cinquenta e quatro milhões, quatrocentas e quatro mil, trezentas e nove) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal.

§1º. Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente. Caso algum acionista desista, por escrito, do seu direito de preferência, ou, se consultado, não se manifestar dentro de 30 (trinta) dias contados da data da consulta, caberá aos demais acionistas, na proporção das ações possuídas, o direito à subscrição dessas ações.

Rubrica



Certifico o registro sob o nº 257.112/26-1 em 17/06/2026 da empresa VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A, NIRE nº 35300551168, protocolado sob o nº 2334345260. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/06/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 294214815. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



§2º. É proibida a emissão de partes beneficiárias pela Companhia, e não existem tais títulos em circulação.

Artigo 6º. A ação é indivisível perante a Companhia, e a cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das assembleias gerais.

Artigo 7º. A Companhia registrará a transferência de ações nos livros societários se estiverem de acordo com as disposições pertinentes do acordo de acionistas, datado de 17 de abril de 2020, e do acordo de sócios, datado de 1º de setembro 2020, devidamente arquivados na sede da Companhia ("Acordos de Acionistas").

CAPÍTULO III. **ASSEMBLEIAS GERAIS**

Artigo 8º. A assembleia geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do ano social, e, extraordinariamente sempre que necessário.

Artigo 9º. As assembleias gerais serão convocadas em conformidade com o disposto na Lei das S.A.

§1º. Sujeito às disposições da Lei das S.A. e dos Acordos de Acionistas, as convocações para as assembleias gerais deverão ser entregues por escrito a cada acionista com (a) pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, em primeira convocação, e (b) com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência, em segunda convocação, desde que a data da assembleia geral convocada em segunda convocação seja, no mínimo 5 (cinco) dias úteis após a data em que a assembleia geral deveria ter sido instalada em primeira convocação.

§2º. As convocações das assembleias gerais deverão indicar o local, data e hora em que serão realizadas, bem como a ordem do dia, devendo, juntamente com a convocação, ser encaminhada aos acionistas a devida documentação de suporte das matérias que serão tratadas na assembleia.

§3º. Nos termos da Art. 124, §4º da Lei das S.A., a comprovação da convocação de determinada assembleia poderá ser dispensada se presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, sendo assim a assembleia considerada válida. A assembleia geral também será considerada validamente realizada caso todos os acionistas da Companhia tenham declarado, por escrito, estarem cientes do local, hora, data e ordem do dia da assembleia.

Artigo 10º. As assembleias gerais serão presididas por uma pessoa indicada por acionistas presentes que detenham a maioria das ações com direito a voto da Companhia. Ao presidente da assembleia cabe a escolha do Secretário, que será escolhida dentre os presentes.

Artigo 11º. A assembleia geral instalar-se-á, em primeira ou segunda convocação, observados os dispositivos aplicáveis da Lei das S.A., bem como dos Acordos de Acionistas.

Parágrafo Único. Qualquer acionista da companhia poderá se fazer representar na assembleia geral por procurador devidamente nomeado de acordo com o dispositivo da Lei das S.A.

Artigo 12º. Para serem válidas as deliberações das assembleias gerais deverão observar os quóruns e disposições previstos na Lei das S.A., neste Estatuto Social e nos Acordos de Acionistas.

Rubrica
5



Certifico o registro sob o nº 257.112/26-1 em 17/06/2026 da empresa VR BENEFICIOS E SERVICOS DE PROCESSAMENTO INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A, NIRE nº 35300551168, protocolado sob o nº 2334345260. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/06/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 294214815. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



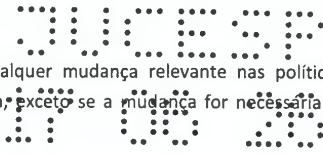
Parágrafo Único. Sem prejuízo de outras matérias reservadas à assembleia geral da lei compete à assembleia geral deliberar sobre as seguintes matérias:

- a) a alteração do Estatuto Social da Companhia;
- b) qualquer aumento do capital social, exceto conforme previsto nos Acordos Acionistas ao aumento dentro da capital autorizado em decorrência do exercício de bônus de subscrição emitido pela Companhia ou do exercício de opções de compra de ações outorgadas pela Companhia em seus executivos e empregados;
- c) qualquer recompra ou resgate pela Companhia e pelas suas ações;
- d) qualquer distribuição de dividendos em montante superior ao previsto na política de dividendos pré-aprovada;
- e) celebração e aditamento de contratos com partes relacionadas;
- f) pedido de autofalência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, reestruturação societária, ou dissolução ou liquidação da Companhia;
- g) emissão de novas classes de ações com direitos e condições mais favoráveis que as das ações existentes;
- h) quaisquer ofertas públicas de ações, seja inicial (IPO), seja secundária (follow on) da Companhia;
- i) qualquer tipo de reorganização societária, incluindo conversão do tipo societário, fusão, incorporação ou incorporação de ações, cisão, que afete de forma negativa os direitos econômicos e da governança dos acionistas;
- j) outorga de garantias a terceiros, exceção feita as garantias necessárias a fim de viabilizar, desenvolver ou aprimorar os negócios da Companhia;
- k) aquisição ou constituição de subsidiárias, exceto aquelas previstas no Artigo 3º, (viii) deste Estatuto;
- l) plano de opções de ações que acarretem diluição acima de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia;
- m) qualquer mudança relevante dos métodos contábeis e divulgação, exceto quando as mudanças solicitadas pelo autor da Companhia ou necessárias para cumprir requisitos legais ou divulgação;
- n) nomeação, contratação ou destituição de auditores independentes, exceto caso de auditor independente seja e que o auditor independente que venha substituir o anterior seja, conforme aplicável, PricewaterhouseCoopers, KPMG, EY ou Deloitte;

Rubrica

6





o) aprovação de qualquer mudança relevante nas políticas antissuborno, anticorrupção e de compliance da Companhia, exceto se a mudança for necessária ao modo a cumprir com a legislação aplicável;

p) a prática dos atos de negócio que gerem ônus à Companhia em montante superior de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas em um período de 12 meses, salvo se a operação estiver prevista e autorizada no orçamento anual aprovado pela Companhia. A contratação de financiamentos, empréstimos ou qualquer outra forma de endividamento que represente compromissos financeiros futuros para a Companhia dependerá de aprovação prévia da Assembleia Geral. Para fins de esclarecimento, não se enquadram nas situações descritas neste item aqueles atos ou negócios relacionados a participação e/ou descontos dados em licitações, em todas e quaisquer modalidades, nas esferas federais, estaduais e/ou municipal da administração pública direta e indireta, autárquica fundacional, empresa pública, sociedade da economia mista, licitações privadas, organizações e/ou instituições do "Sistema S", e todos e quaisquer atos praticados em tal contexto, independentemente do valor, incluindo a outorga de procurações, participação em sessões, apresentação e assinaturas de propostas, ofertas, atas e outros documentos correlatos, não sendo, com isso, necessário aprovação da assembleia geral para a prática destes atos ou negócios; e

q) celebração de escrituras de qualquer natureza, e independentemente do valor.

CAPÍTULO IV. ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13°. A Companhia será administrada por uma Diretoria.

Artigo 14°. A Companhia terá uma Diretoria constituída de, no mínimo, 2 (dois) diretores, acionistas ou não, mas todos os residentes no País e eleitos pela assembleia geral, sendo obrigatoriamente um deles o(a) Diretor(a) Presidente.

Artigo 15°. Os Diretores terão prazo de mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Todos os diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Único. A remuneração dos diretores será estabelecida e distribuída entre os mesmos de acordo com o que for determinado pela assembleia geral que os elegeu.

Artigo 16°. Os diretores reunir-se-ão sempre que necessário, mediante à convocação escrita de qualquer de seus membros. Para que a reunião possa ser instalar validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos ou de dois se só houver dois diretores em exercício.

§1°. A convocação deverá ser feita mediante aviso escrito, dispensando-se esse aviso escrito sempre que houver reunião com a presença ou a representação da totalidade dos diretores ou todos se declararem por escrito, cientes do local, data, hora, e ordem do dia da reunião.

§2°. As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes e serão registradas em ata lavrada no livro de atas das da administração.

Rubrica



Certifico o registro sob o nº 257.112/26-1 em 17/06/2026 da empresa VR BENEFICIOS E SERVICOS DE PROCESSAMENTO INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A, NIRE nº 35300551168, protocolado sob o nº 2334345260. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/06/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 294214815. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



§3º. Os diretores que transmitiram seu voto por qualquer outra forma escrita, física, eletrônica, serão considerados presentes.

Artigo 17º. Competente aos diretores a gestão dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, a esse fim, ressalvadas as restrições indicadas neste Estatuto Social, dispondo, entre os poderes, dos necessários para:

- a) zelar pela observância da lei, deste Estatuto Social;
- b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais e nas suas próprias reuniões.
- c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais, podendo comprar, vender, permutas, onerar ou por qualquer outra forma adquirir bens móveis da Companhia, observadas as restrições previstas neste Estatuto Social; e
- d) expedir regimentos internos, regulamentos e outras normas da mesma natureza no tocante à administração da Companhia.

Parágrafo Único. A representação da Companhia, em juízo e/ou fora dele, ativa ou passivamente, perante repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, compete, isoladamente, a qualquer diretor, observadas as restrições previstas no Artigo 18 abaixo.

Artigo 18º. Todos os atos e documentos que importem responsabilidade obrigação da Companhia, serão obrigatoriamente assinados por:

- a) pelo(a) Diretor(a) Presidente ou pelo Diretor Executivo de Relações Governamentais e Governança Corporativa em conjunto com qualquer um dos Diretores Executivos;
- b) por 1 Diretor Executivo em conjunto com 1 Procurador, nos limites de atuação da procuração; ou
- c) por 2 Procuradores, em conjunto, nos limites de atuação da procuração, desde que investidos de poderes especiais para tanto.

Artigo 19º. São expressamente vedados, sendo nulos e independentes com relação à Companhia, os atos de qualquer dos administradores, procuradores, prepostos ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social.

Artigo 20º. As procurações outorgadas em nome da Companhia serão assinadas pelo(a) Diretor(a) Presidente em conjunto com o Diretor Executivo de Relações Governamentais e Governança Corporativa. Com exceção daquelas procurações para fins judiciais, as demais terão um prazo de validade limitado ao máximo de 2 (dois) anos.

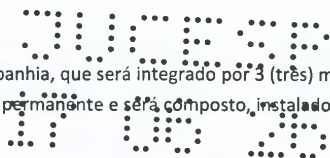
CAPÍTULO V. CONSELHO FISCAL

Rubrica
Marina Centurion Dardani

8



Certifico o registro sob o nº 257.112/26-1 em 17/06/2026 da empresa VR BENEFICIOS E SERVICOS DE PROCESSAMENTO INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A, NIRE nº 35300551168, protocolado sob o nº 2334345260. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/06/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 294214815. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



Artigo 21°. O Conselho Fiscal da Companhia, que será integrado por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado em renomeado em conformidade com a Lei das S.A.

CAPÍTULO VI. **EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E LUCRO**

Artigo 22°. O exercício social terá início em 1° de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, anualmente, por auditor independente, devidamente registrado por Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 23°. Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes.

Artigo 24°. O lucro líquido apurado em cada exercício, após dedução legais, terá destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento.

§1°. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício (sempre limitado a 100% (cem por cento) do lucro líquido do exercício) diminuído ou acrescido nos termos do Art. 202 da Lei das S.A.

§2°. A Companhia poderá levantar balanços intermediários, semestrais ou em períodos menores e, com base nesses balanços, distribuir lucros.

Artigo 25°. A Diretoria proporá à assembleia geral ordinária o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício, destinando-se, obrigatoriamente, 5% (cinco por cento) para integrar a reserva legal até atingir o limite máximo previsto na lei, destinando-se também a parcela necessária para a constituição da reserva para contingência, quando as circunstâncias assim o recomendarem.

§1°. Do lucro remanescente, após deduções legais, 5% (cinco por cento), no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo obrigatório dos acionistas, podendo ser pagos na forma de juros sobre capital próprio nos termos da legislação aplicável.

§2°. Por proposta da Diretoria, a assembleia geral poderá deliberar a destinação de recursos para a Reserva Especial, que terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Companhia, sendo tal Reserva Especial formada por até a totalidade da parcela remanescente do lucro líquido do exercício ajustado na forma do Art. 202 da Lei das S.A. que remanescer após as deduções legais e pagamento do dividendo obrigatório previsto no item acima.

§3°. O saldo das reservas de lucros, somado ao da reserva legal, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, com base em proposta a ser feita pela Diretoria, a assembleia geral deliberará sobre aplicação do excesso na capitalização ou na distribuição de dividendos aos acionistas.

Artigo 26°. O dividendo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria o julgar incompatível com a situação financeira da Companhia, observado o que dispõe o §4° do Art.202 da Lei das S.A.

Rubrica



Certifico o registro sob o nº 257.112/26-1 em 17/06/2026 da empresa VR BENEFICIOS E SERVICOS DE PROCESSAMENTO INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A, NIRE nº 35300551168, protocolado sob o nº 2334345260. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/06/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 294214815. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



Artigo 27º. A Companhia submeter-se-á a liquidação por força da lei, ficando a cargo da assembleia geral, observado o Artigo 12, Parágrafo Único, “P”, decidir a forma de liquidação, nomear o liquidante e, se for o caso, o Conselho Fiscal, estabelecendo sua respectiva remuneração.

CAPÍTULO VIII.
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 28º. Os casos não previstos neste instrumento serão regidos pela Lei das S.A. e pela legislação complementar.

Artigo 29º. A Companhia se obriga a observar os termos e condições dos Acordos e Acionistas, nos termos do artigo 118 da Lei das S.A. Em caso de conflito entre (i) as disposições destes Estatuto Social, do acordo de acionistas celebrado em 17 de abril de 2020, e/ou do acordo da acionistas celebrado em 1º de setembro de 2020, as disposições de acordo de acionistas celebrado em 17 de abril de 2020, deverão prevalecer; e (ii) disposições dos acordos acionistas celebrado em 1º de setembro de 2020 deste Estatuto Social, as disposições do acordo de acionistas celebrado em 1º de setembro de 2020 deverão prevalecer, única e exclusivamente naquilo que não conflitar com o acordo dos acionistas quebrado em 17 de abril de 2020, sendo que, havendo conflito, item (i) será aplicado.

Artigo 30º. A Companhia deverá disponibilizar aos seus acionistas, em sua sede, sempre que solicitado, por escrito, os contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia, se houver.

Artigo 31º. Em caso de obtenção de registro de companhia aberta na categoria A, a Companhia obriga-se a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade administradora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, práticas diferenciadas de governança corporativa prevista na Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, conforme alterada.

Artigo 32º. Quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas deste Estatuto Social e demais conflitos societários serão solucionados por arbitragem, a ser conduzida perante a Corte Internacional de Arbitragem do Comitê Brasileiro da Câmara de Comércio Internacional, de acordo com as regras previstas na Cláusulas 13.15 e 13.16 do acordo de acionistas datado de 17 de abril de 2020, arquivado na sede da Companhia.

Artigo 33º. A Companhia utilizará a estrutura do Banco VR S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.626.983/0001-63, nos termos do art. 6º da Resolução BCB nº 28, de 23 de outubro de 2020, para assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas ao componente organizacional de Ouvidoria, regido pelos termos da Seção I do Capítulo V, denominado “Da Ouvidoria”, constante do Estatuto Social do Banco VR S.A.

Rubrica 10



Certifico o registro sob o nº 257.112/26-1 em 17/06/2026 da empresa VR BENEFICIOS E SERVICOS DE PROCESSAMENTO INSTITUICAO DE PAGAMENTO S.A, NIRE nº 35300551168, protocolado sob o nº 2334345260. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/06/2026 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 294214815. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.



LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos **28 dias de maio de 2026**, às 11:00 horas, na sede da **VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A.**, situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida dos Bandeirantes, nº 460, Brooklin Paulista, CEP 04553-900, os acionistas abaixo assinados compareceram à Assembleia Geral Extraordinária, assinando a presente lista para os devidos fins.

Nome Completo	CPF/CNPJ	% do Capital Social	Assinatura
SMART.NET HOLDINGS S.A.	04.797.621/0001-07	90,143761%	Assinado por: 829FF4D0528E411... DocuSigned by: 153127D6BD12499...
NY II FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	36.730.761/0001-46	9,856239%	DocuSigned by: DE4133D00425416...

Os acionistas presentes declaram que receberam previamente a pauta da Assembleia, estão cientes das matérias nela tratadas e dispensam as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/1976.

São Paulo, 28 de maio de 2026.

Rubrica



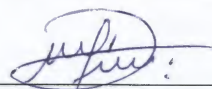
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, SHIRLEY DAIANA NASCIMENTO DE OLIVEIRA, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Seccional de São Paulo (OAB SP), sob o nº 504.456, expedida em 27/10/2023, e no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 367.030.758-32, com fulcro no art. 63, §§ 1º e 3º, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, e no art. 38, caput e § 2º, do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, além do art. 28, inciso II, alínea "b", e do Anexo VII, da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, inclusive, como determina o disposto no art. 28, § 2º, inciso I, e seu § 3º, deste último ato normativo, neste ato, acompanhado da cópia simples da carteira profissional, **DECLARO** sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) seguinte(s) documento(s) é(são) autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(is).

Documento (s) apresentado (s):

- **QUANTIDADE DE VIAS:** 01 (UMA) VIA / **DOCUMENTO:** ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA / **EMPRESA:** : VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A / **SESSÃO:** 28/05/2026, ÀS 11 HORAS / **QUANTIDADE DE PÁGINAS:** TOTAL DE 15 PÁGINAS, SENDO O DOCUMENTO PRINCIPAL COM 11 PÁGINAS E O CERTIFICADO DE ASSINATURAS COM 04 PÁGINAS.
- **QUANTIDADE DE VIAS:** 01 (UMA) VIA / **DOCUMENTO:** CAPA DO REQUERIMENTO / **EMPRESA:** VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A / **QUANTIDADE DE PÁGINAS:** TOTAL DE 3 PÁGINAS, SENDO O DOCUMENTO PRINCIPAL COM 1 PÁGINAS E O CERTIFICADO DE ASSINATURAS COM 02 PÁGINAS.
- **QUANTIDADE DE VIAS:** 01 (UMA) VIA / **DOCUMENTO:** DECLARAÇÃO / **EMPRESA:** VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A / **QUANTIDADE DE PÁGINAS:** TOTAL DE 3 PÁGINAS, SENDO O DOCUMENTO PRINCIPAL COM 1 PÁGINAS E O CERTIFICADO DE ASSINATURAS COM 02 PÁGINAS.

São Paulo, 29 de Maio de 2026.



SHIRLEY DAIANA NASCIMENTO DE OLIVEIRA

OAB/SP 504.456

RG 45.853.715-9 - SSP/SP